

**OPORTUNIDADES E AMEAÇAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ-SC¹**

Carla Eunice Gomes Corrêa – FURB

E-mail: carlaeunice@terra.com.br

Cristiane Mansur de Moraes Souza – FURB

E-mail: cristianemansur@terra.com.br

1 Introdução

A preservação ambiental é um campo de estudo na área do desenvolvimento sustentável que, no Brasil, tem despertado interesse crescente nas últimas décadas consubstanciada, dentre outros pontos, pelo Art. 225, capítulo VI da Constituição Brasileira (CB) de 1988.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 234).

As ações no Brasil não refletem esse desejo expresso no art. 225 da CB (1988). A Rio 92² teve como principal tema a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a reversão do atual processo de degradação ambiental. Além disso, foi na Rio 92 que ocorreu a popularização do termo desenvolvimento sustentável, resultado do diálogo entre diversas nações, colocando os interesses globais na pauta das discussões. Entre as principais preocupações estavam: mudança de clima e biodiversidade, uso sustentável da água e a declaração sobre florestas.

A preocupação em relação ao uso da água vem sendo debatida juntamente com a conscientização mundial sobre a preservação ambiental. Inicialmente tratou-se do assunto dando ênfase à questão água sob o aspecto sanitário. Porém, atualmente, além

¹ Este artigo tem como base a dissertação, “Oportunidades e Ameaças ao Desenvolvimento Sustentável do Município de Botuverá” realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional oferecido pela Universidade Regional de Blumenau-FURB, 2006/2008, financiado pela CAPES/PROSUP.

² Rio 92 - II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

dessa preocupação, a água é vista como um recurso finito, parcialmente renovável, que deve ser preservado.

Existe uma forte relação entre a preservação dos recursos naturais e a integridade das unidades de conservação (UC). As UC, além de proteger a fauna e a flora, seu maior potencial é conservar os mananciais d'água que podem abastecer muitas cidades.

A Lei Federal nº. 9.985/2000 no Art. 2, inciso I, IV e XVII dispõe que as *unidades de conservação* (UCs) são espaços territoriais que possuem características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, para sua preservação e conservação.

Estas UCs podem ser de *proteção integral*, onde as ações por interferência humana, são admitidas apenas para o uso indireto e respeitando as considerações do Plano de Manejo da UC (BRASIL, 2000).

No caso do Parque Nacional da Serra do Itajaí, a questão de se preservar parte da Mata Atlântica vem sendo debatida por ambientalistas desde a década de 80. Porém somente em 2004 foi sancionada a lei de criação desta UC, na categoria de “Parque Nacional”, abrangendo uma totalidade de nove municípios (Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos) pertencentes ao Alto e Médio vale do Itajaí (SC).

Entretanto, a criação de unidades de conservação no Brasil causa muita controvérsia e conflitos pelas delimitações impostas. Neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) descrevem no Decreto Legislativo nº. 2 de 1994 que os principais problemas nas UC vizinhas de áreas urbanas são: a grande quantidade de atores que se dedicam à caça, retirada de madeira e de espécies ornamentais da vegetação. Nas áreas rurais, os problemas são principalmente: a contaminação da água, ocasionada por defensivos agrícolas e pela prática de queimadas. Por este motivo, desde o final do século XX e início do século XXI, as zonas de amortecimento das unidades de conservação (UC) têm sido foco de atenção.

Como o perímetro do PNSI abrange grandes áreas destes municípios, é comum o desenvolvimento de atividades econômicas geradoras de renda em sua Zona de

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Amortecimento (ZA)³. Estas atividades geralmente estão ligadas à agricultura, pecuária e plantação de Eucalipto e em poucos casos de turismo.

O Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), destaca-se pela quantidade de mananciais d'água que atualmente abastecem grande parte da população: “se levarmos em consideração apenas o volume de água produzido pelos cursos d'água do PNSI, considerando os nove municípios de sua abrangência, este seria suficiente para abastecer uma população de 500 mil habitantes” (SEVEGNANI, 2007, p. 4).

O município de Botuverá destaca-se por apresentar sua zona rural totalmente inserida na ZA, e uma quantidade significativa de atores, cujas atividades desenvolvidas geram renda (agricultura, pecuária, mineração) e, além disso, utiliza a água oriunda das nascentes do interior do PNSI para o consumo.

O objetivo principal foi identificar as oportunidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável do município de Botuverá/SC, considerando as restrições impostas pela implantação do PNSI.

Em função do exposto, considerando as restrições expostas a partir da delimitação da ZA do PNSI, questiona-se: Quais as oportunidades e ameaças para o desenvolvimento sustentável do município de Botuverá, considerando as restrições decorrentes a partir da delimitação da ZA do PNSI? Deste questionamento derivam-se outros mais: (a) Quais são as atividades econômicas existentes na ZA e nos municípios que integram o PNSI?

(b) Como a implantação do PNSI afeta o desenvolvimento das atividades econômicas presentes na ZA? (c) Quais são as oportunidades e ameaças identificadas na ZA do PNSI e como afetam o desenvolvimento sustentável do município de Botuverá?

A hipótese central é de que o município de Botuverá possui abundância de recursos naturais, porém sua exploração ocorre de forma não-sustentável. Mais, especificamente parece ser possível afirmar que: (a) As atividades econômicas existentes na ZA e nos município que integram o PNSI, com exceção do município de Blumenau, são ligadas à agricultura. (b) A legislação ambiental devido à implantação do PNSI restringirá a utilização dos recursos naturais presentes na ZA, e em consequência limita o desenvolvimento das atividades econômicas na ZA. (c) As Cavernas de

³ Área entorno da UC.

Botuverá atualmente são o atrativo turístico que contribui para o desenvolvimento do município, porém, a falta de conscientização sobre a preservação deste recurso é uma ameaça ao futuro turístico do município.

2 Metodologia

Considerando-se que as questões sobre influência da delimitação de ZA de Parques Nacionais no desenvolvimento sustentável de municípios vizinhos, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória, em forma de estudo de caso.

Por se tratar de um estudo de caso, a pesquisa foi realizada em quatro fases: (a) delimitação da unidade caso; (b) coleta de dados; (c) análise e interpretação dos dados; (d) redação do relatório. Como o objetivo de trabalho foi analisar potencialidades e conflitos na ZA do PNSI que possam influenciar no desenvolvimento sustentável dos municípios que compõem o PNSI, delimitou-se como unidade de estudo o município de Botuverá/SC.

Na coleta de dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica, dados primários a partir de entrevistas semi-estruturadas com base na matriz qualitativa e quantitativa de potencialidades e obstáculos, desenvolvida por Vieira (2006). Os dados foram coletados junto aos atores do governo municipal (Secretaria de Planejamento, Secretaria de Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente). Estáticas contemplaram informações que indicam a dinâmica das economias locais – sobretudo a presença de atividades econômicas na ZA do PNSI. Aqui foram indispensáveis fonte de dados como a RAIS⁴, contendo informações estatísticas sobre o tipo de atividade econômica predominantes nos municípios. Também foram úteis os dados disponibilizados pelo IBGE Cidades, entidades públicas e legislação pertinente ao assunto.

Com base nos dados primários foram identificados os principais conflitos existentes na área de estudo. Para a apresentação destes conflitos, utilizou-se da metodologia desenvolvidas por Polette (1997), a qual foi adequada à necessidade do

⁴ Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.

presente estudo. A metodologia faz uso de quadros onde são descritos os conflitos, os atores envolvidos no processo e as possíveis soluções encontradas.

Num terceiro momento, iniciou-se a fase de apresentação e interpretação dos dados coletados o que levou a uma matriz de potencialidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável, com o intuito de refutar ou comprovar as hipóteses de pesquisa.

3 Resultados e Discussões

3.1 Formação territorial dos municípios do PNSI: atividades econômicas

O Estado de Santa Catarina apresenta ao todo cinco divisões municipais que não coincidem quanto aos seus limites: pela divisão geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este se divide em seis mesorregiões e 20 microrregiões. A partir de 1987, adotou-se para fins de planejamento, a divisão geográfica de 24 microrregiões polarizadas. As associações de municípios formam o total de 21 instituições. Pelas regiões hidrográficas criadas através da Lei 10.949/98, o estado é dividido em dez bacias hidrográficas. Atualmente, com a criação das Secretárias de Desenvolvimento Regionais (SDR), os municípios novamente recebem mais uma subdivisão, formada por 36 secretarias.

Os municípios que compõem o PNSI são: Acurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos; pertencem à região do Vale do Itajaí. Em se tratando de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), os mesmos não pertencem a mesmas SDRs. A SDR de Blumenau abriga os municípios Blumenau, Indaial e Gaspar; a SDR de Brusque abriga Guabiruba e Botuverá; e a SDR de Ituporanga abriga Apiúna, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

Para melhor se entender como ocorreu a formação territorial destes municípios, inicialmente cabe fazer uma contextualização da evolução política administrativa dos mesmos. A maioria das cidades atualmente implantadas no Vale do Itajaí tiveram suas origens a partir do município de Itajaí, considerado o segundo município mais antigo da

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

região. “[...] De Itajaí foram desmembrados, no final do século XIX, Blumenau (1880), Brusque (1881) e Camboriú (1884). Até a década de trinta do século XX, esta era a situação política do Vale do Itajaí, com apenas cinco municípios [...]” (SIEBERT, 1996, p. 87).

Na década de trinta, começaram os primeiros desmembramentos dos municípios, “com o objetivo de enfraquecer o poder político de Blumenau, forte núcleo germânico [...]” (Siebert, 1996, p. 87). Os primeiros municípios a serem emancipados foram: Rio do Sul (1930), Ibirama (1934), Timbó (1934), Indaial (1934), Gaspar (1934) e Rodeio (1936). Na década de quarenta, foram emancipados os municípios de Taió (1948) e Itouporanga (1948), e posteriormente mais trinta e um municípios foram criados, entre eles Vidal Ramos (1956), Presidente Nereu (1961), Guabiruba (1962) e Botuverá (1962), sendo estes a partir da cidade de Brusque. Ascurra (1963) a partir de Indaial. Nas décadas posteriores, final dos anos 80, foi desmembrada outra leva de municípios, entre eles o município de Apiúna (1989) a partir do município de Indaial. Porém os municípios, por sua vez, mesmo emancipados, não possuíam recursos financeiros necessários para a sua independência econômica do município de Blumenau (SIEBERT, 1996).

A tabela 1 demonstra como se deu a dinâmica demográfica dos municípios que compõem o PNSI.

Pode-se observar que nas últimas décadas estes municípios apresentaram crescimento demográfico. Porém, no caso do município de Apiúna, só foi possível buscar informações quanto à população total a partir do censo do IBGE de 1991, em função da data de sua emancipação em 1989. Dos nove municípios apresentados (tabela 1), os municípios de Presidente Nereu, Vidal Ramos e Botuverá apresentaram um decréscimo populacional nos anos de 2000 e 2007. No caso do município de Botuverá, este decréscimo se deu devido ao êxodo rural. A falta de incentivos agrícolas aos pequenos agricultores juntamente com os preços pouco atrativos do fumo e as dificuldades de infra-estrutura, motivaram muitos produtores rurais a deixarem o município e se deslocarem para cidades próximas.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Tabela 1 – Crescimento populacional dos municípios que compõem o PNSI (1960-2007)

Municípios \ Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2007
Apiúna	0	0	0	7.731	8.520	10.270
Ascurra	0	3.970	5.420	6.162	6.934	6.671
Blumenau	66.778	100.275	157.251	212.025	261.808	292.972
Botuverá	0	3.762	3.587	4.287	3.756	4.127
Gaspar	14.906	18.417	25.609	35.614	46.414	52.428
Guabiruba	0	6.279	7.150	9.905	12.976	16.095
Indaial	21.502	22.349	28.584	30.158	40.194	47.686
Presidente Nereu	0	4.088	3.185	2.775	2.305	2.259
Vidal Ramos	11.977	9.271	8.693	7.587	6.279	5.981

Fonte: Elaborado pela autora com base no Censo do IBGE (2000).

Contudo, ao se relacionar população dos municípios com a evolução do sistema produtivo, objetiva-se enfatizar a importância deste indicador para com o desenvolvimento econômico destes.

Tabela 2 – Atividades Econômicas e Número de Funcionários empregados nos municípios que abrangem o PNSI.

Indicadores	Apiúna	Ascurra	Blumenau	Botuverá	Gaspar	Guabiruba	Indaial	Presidente Nereu	Vidal Ramos
Administração Pública	1732	2072	43.588	839	10.777	2.526	10.020	156	140
Serviços	426	259	30.920	131	2.597	369	2.693	37	118
Comércio	296	194	19.710	113	2.198	331	2.200	16	105
Indústria de Transformação	194	165	5.979	54	709	145	1.072	13	103
Extrativa Mineral	175	30	3.321	47	175	75	871	6	5
Agropecuária	32	9	773	7	92	30	93	0	5
Serviços Industriais de Utilidade Pública	10	4	188	2	89	18	23	0	3
Construção Civil	4	1	28	1	80	0	3	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados RAIS 2007.

Os indicadores econômicos das atividades produtivas (tabela 2) demonstram que os municípios estudados apresentam características semelhantes, além de estarem localizados bem próximos um dos outros. Dentre os 09 municípios analisados, em sete destes a indústria de transformação é o setor que mais detém mão-de-obra formal. São

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

exceção os municípios de Presidente Nereu e Vidal Ramos, cujos dados evidenciam ser a administração pública o setor que mais emprega mão-de-obra formal.

3.2 Caracterização da zona de amortecimento do PNSI

A ZA do PNSI é formada por uma área de 500 metros no entorno da sua delimitação, que em geral, segundo a Legislação do CONAMA, pode chegar até 10 km. Neste caso, por motivos políticos, especificamente, os 10 km não foram possíveis devido aos centros urbanos dos municípios.

O Plano de Manejo do PNSI (2008) identificou com o levantamento sócio-ambiental as seguintes comunidades no interior da ZA do PNSI:

Município	Comunidades
Apiúna	Barra de Águas Frias, Braço Salão, Gravatá, Neisse Central e Ribeirão Jundiá.
Botuverá	Areia Alta, Areia Baixa, Beira Rio, Lajeado Alto, Lajeado Baixo, Lajeado Central, Pedras Grandes, Praia Vermelha, Ribeirão do Ouro e Salto das Águas Negras.
Blumenau	Encano Alto, Jordão e Nova Rússia
Gaspar	Gaspar Alto e Gaspar Alto Central
Guabiruba	Aymoré, Lajeado Alto, Lajeado Baixo e Planície Alta.
Indaial	Encano Alto, Faxinal do Bepe, Ilze Grande e Warnow Alto.
Presidente Nereu	Thime
Vidal Ramos	Fartura e Thime

Quadro 3 – Comunidades dos municípios presentes na ZA do PNSI.

Fonte: Adaptado pela Autora com base em Caderno da Comunidade – ACAPRENA (2007).

Pesquisas já realizadas em ZA de parques nacionais demonstram que as comunidades estão se organizando na preservação destas áreas, principalmente por sua cultura, história e formação econômica. Desta forma, a preservação deste território para estes agentes sociais vai além, pois estes pensam em garantir os recursos naturais para as futuras gerações. (SOARES, 2002; PROJETO PLANO DE MANEJO PNSI, 2008;

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

BRESSOLIN, 2002). Também é observado que a prática de atividades econômicas ligadas à exploração de recursos naturais, como é o caso da agricultura, gera conflitos em relação ao uso e ocupação do solo.

No caso da ZA do PNSI, há um grande volume de famílias que residem na ZA e que para sua subsistência desenvolvem atividades geradoras de renda. Contudo, um dos fatores preocupantes em relação à ZA (tabela 3) é que estas atividades estão diretamente ligadas à exploração dos recursos naturais (agricultura, pecuária, plantação de pinus, etc.), e causam danos ambientais, tanto aos recursos físicos, hídricos, fauna e flora. Com isto, compromete a preservação da biodiversidade existente no interior do PNSI.

As atividades econômicas desenvolvidas em ZA, segundo estudos já apresentados por outros pesquisadores⁵, ocasionam impactos ao meio ambiente.

Tabela 3 - Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades da ZA do PNSI por município e que geram rendas.

Atividades Produtivas	Apiúna	Ascurra	Blumenau	Botuverá	Gaspar	Guabiruba	Indaial	Presidente Nereu	Vidal Ramos	Total
Plantação de Eucalipto	23			33	2	13	8	3	6	65
Plantação de Pinus	8		1	9	1	11	2	1	3	27
Plantação de Fumo	7			19		1	5	5	3	33
Apicultura	7			4	2	2		1	1	10
Agricultura	4			17	2	3	3		2	27
Pecuária	4		2	15	8	6	8	2	2	41
Comércio/Indústria		1		2						2
Palmeira Real			6							0
Turismo			3	2			1			3
Piscicultura			1			3				3
Facção				7		5				12
Outros					4					4
Total geral	53	1	13	108	19	44	27	12	17	227

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos levantamentos da Equipe do Socioeconômico do Plano de Manejo do PNSI (2008).

As atividades desenvolvidas na ZA do PNSI, embora sejam importantes para garantir a renda dos atores locais, por sua vez, gera impactos negativos ao meio ambiente (QUADRO 1).

⁵ ULLER (2006), PLANO DE MANEJO DO PNSI (2008), BERCHARA (2003).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Além das atividades já citadas anteriormente, também se verifica ao longo da ZA do PNSI a presença de indústria de mineração, a prática da piscicultura (criação de trutas), exploração ilegal de palmito, e o desenvolvimento de atividades turísticas, que envolve a utilização dos rios para banhos (Encano Alto/Indaial), a instalação de pousadas (Nova Rússia/Blumenau e Lageado Alto/Botuverá).

Desta forma, devido à diversidade biológica do PNSI vem sendo motivado o consumo sustentável da região. Pois como muitas destas atividades são as únicas fontes de renda para as famílias, a implantação da UC acarretará em um controle ambiental mais rígido nesta área.

Por outro lado, o Plano de Manejo do PNSI (2008) vem sendo elaborado com a participação dos atores locais, visando estudar novas alternativas de renda para garantir a sobrevivência destas famílias, preservando a biodiversidade do PNSI.

ATIVIDADES	DESVANTAGENS
Fumo	Necessita de grande extensão de terra, Faz uso do “brometo de metila”
Eucalipto	Seca a água, diminui a alimentação para a fauna, Compromete o terreno para outros cultivos posteriores.
Pínus	Erosão do solo
Agricultura	Lavouras permanentes e temporárias usam agrotóxicos Exploração ilegal de palmito (espécie em extinção)
Pecuária	Volume de Água
Indústria de mineração	Quantidade de poeira e erosão do solo

Quadro 1 – Atividades impactantes na ZA do PNSI.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados dos levantamentos da Equipe do Socioeconômico do Plano de Manejo do PNSI (2008).

4 Oportunidades e Ameaças ao Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso do Município de Botuverá (SC).

4.1 Caracterização do Município de Botuverá

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

O município de Botuverá localiza-se no médio Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, com uma área total de 303,02 km² sendo que 2,5 km² são de área urbana e 300,52 km² de área rural. O clima de Botuverá apresenta características mesotérmicas, úmido com verões quentes e invernos frios.

A população do município de Botuverá é de aproximadamente 4.127 habitantes (IBGE, 2007), sendo que a sua grande maioria ainda concentra-se na área rural.

O município faz limites com as cidades de Guabiruba, Indaial e Blumenau ao Norte; Nova Trento ao Sul; Vidal Ramos e Presidente Nereu ao Oeste; e Brusque ao Leste. A maior parte de seu território é montanhosa e de difícil acesso, sendo dividido em 13 comunidades.

A extração da madeira nativa pelas madeireiras foi durante muitos anos a força motora da economia do município na década de 80. Este tipo de exploração deixou marcas e consequência através de um desmatamento muito significativo.

Nos últimos anos, o município vem apresentando um crescimento populacional principalmente na zona urbana, devido industrialização do município, com a expansão do setor têxtil, o que motivou a abertura de fábricas, atividades estas voltadas ao atendimento das confecções da região, especialmente as localizadas na cidade de Brusque.

Porém, Botuverá, ao contrário de outros municípios que compõem a área abrangida pelo PNSI, está com sua zona rural totalmente inserida na ZA do PNSI. Neste sentido, para a identificação das oportunidades e ameaças ao seu desenvolvimento, buscou-se através da metodologia de Vieira (2006) e Polette (1997) identificar fatores sociopolíticos, socioeconômicos e socioambientais, que nos dessem subsídio para alcançar os objetivos do presente trabalho.

4.1.1 Fatores Sociopolíticos

Apresenta um governo municipal não muito participativo e por este motivo sua legislação ambiental é limitada. O município possui a lei Orgânica de 1990, o Código Tributário (Lei Complementar 01/2003), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Natureza – ISSQN (Lei 02/2003) e o Decreto n°. 935/2003 e a Lei 03/2006, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Botuverá. Isto demonstra que o poder legislativo não é muito atuante. Neste sentido, a criação do PNSI causa divergências (conflitos) entre os atores envolvidos.

4.1.2 Fatores Socioeconômicos

O município de Botuverá demonstra estar preocupado em incentivar o desenvolvimento de novas atividades econômicas. Um dos primeiros passos para alcançar este objetivo se deu com a Lei n°. 719/95 que "Estabelece incentivos econômicos e estímulos fiscais".

No ano de 2006, foi implantada pelo governo do Estado uma Agência da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)⁶. O objetivo das agências Cresol é promover a inclusão social de agricultores familiares, facilitando o acesso a produtos e serviços financeiros. A instituição além de realizar serviços de crédito a pequenos empresários integra a comunidade junto às iniciativas do Governo Federal, como o programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONOF, que têm o apoio da EPAGRI para elaboração de projetos e programas em torno da agropecuária e agroindústria. A partir da CRESOL, aqueceu-se o comércio local com a criação da Casa do Agricultor Familiar. Atualmente, a indústria é responsável por 65% (sessenta e cinco por cento) do movimento econômico do município. Porém, observa-se a falta de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de novos empreendimentos.

O município não apresenta bolsões de pobreza, nem foco de miserabilidade, demonstrando que não existem problemas sociais graves.

⁶ As primeiras Cooperativas do CRESOL foram fundadas em 1995, e atualmente sua matriz fica localizada no município de Chapecó/SC (região Oeste do Estado), além de 30 filiais localizadas no Estado de Santa Catarina e 26 localizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

4.1.3 Fatores Socioecológicos

Os atrativos naturais e históricos do município de Botuverá são, de certa forma, indutores para o desenvolvimento turístico. Um destes é a Gruta de Botuverá na localidade de Ourinhos, e também o Recanto Feliz, instalado na ZA do PNSI, na localidade de Lageado Alto.

Porém, a mata ciliar ao longo da zona rural e urbana do município quase já não mais existe, sendo a fiscalização ambiental realizada apenas pelo IBAMA e pela FATMA. Além disso, não há um diagnóstico ambiental do município e as atividades desenvolvidas são degradantes a água. Verificam-se problemas como o assoreamento dos rios e um tráfego intenso de veículos pesados na ZA do PNSI.

4.2 Oportunidades e Ameaças ao Desenvolvimento Sustentável

Devido à amplitude de conflitos identificados na área de estudo, a partir de uma lista dez conflitos, elegeram-se os três principais a partir dos fatores sociopolíticos, socioeconômicos e socioecológicos na área de estudo que influenciam no potencial de desenvolvimento do município.

Os principais conflitos identificados estão relacionados com o uso do solo, legislação, infra-estrutura e políticas públicas. De acordo com a realidade presenciada nas visitas “in loco”, foi possível constatar que a elaboração do Plano Diretor para o município de Botuverá não foi abrangente de forma a mediar os conflitos. Sua elaboração não seguiu os critérios atualmente estabelecidos pelo Ministério das Cidades para as áreas de relevante interesse ambiental e turístico. O Estatuto das Cidades visa que esta elaboração seja realizada de forma participativa. Por este motivo, o Plano Diretor Sustentável do município de Botuverá deixou lacunas em relação a legislações ambientais, uso do solo, e sobre o desenvolvimento de políticas públicas.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

TRÊS PRINCIPAIS CONFLITOS
1. Uso do solo X Legislação Ambiental Municipal
2. Desenvolvimento de atividades econômicas X Poder de fiscalização Municipal
4. Unidade de Conservação X Atores Sociais

Quadro 7 - Identificação dos principais conflitos.

Fonte: Dados de Pesquisa/Julho-2007.

Cabe salientar que existe uma estreita ligação entre os conflitos identificados, e que a solução de cada um destes determine a solução do outro. Pois a elaboração de uma legislação ambiental municipal influenciará tanto na fiscalização das atividades econômicas como servirá de parâmetro para os atores sociais quanto ao desenvolvimento de atividades em conformidade com a UC.

O Conflito (1) entre o uso do solo e a falta de legislação ambiental municipal específica, diz respeito à ausência de uma legislação ambiental municipal. Neste sentido o uso e ocupação do solo na ZA do parque, bem como em todo Município, está desprovido de uma legislação ambiental municipal porque o legislativo é pouco atuante quando se trata da questão ambiental. A única lei municipal que faz menção a política municipal de meio ambiente é a Lei nº. 03/2006, fato que demonstra uma preocupação recente do Município em relação ao meio ambiente.

Diante das lacunas legais, o uso do solo, numa perspectiva de interesse da coletividade, fica fragilizado porque se observa que a deficiência neste campo permite interpretações dúbias por parte do poder executivo. O art. 36 da Lei Municipal Nº. 03/2006, por exemplo, são consideradas Áreas de Preservação Permanentes (APP) as áreas definidas em legislação federal, e no art. 37 diz que os limites para ocupação das áreas que contenham APPs devem respeitar obrigatoriamente o mínimo estabelecido na legislação federal, salvo se possuam autorização de órgão competente para sua utilização, porém a legislação federal é ampla, e não pode ser aplicada na íntegra para todos os municípios devido às particularidades de cada um.

Desta forma, verifica-se que embora esta legislação seja recente, a mesma possui lacunas de interpretação jurídica, uma vez que a legislação federal deverá servir de parâmetros básicos para a elaboração de uma lei municipal. Além disso, deixa desprovida a ação dos atores sociais quanto ao uso do solo, como também aos aspectos ligados à apropriação e gestão de recursos naturais.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

O conflito (2) existente entre o desenvolvimento de atividades econômicas e o poder de fiscalização pode ser identificado, por exemplo, tanto na presença de empresas mineradoras na região, como também no alargamento das vias de acesso a estas. Além disso, observa-se que as atividades econômicas desenvolvidas são impactantes como a plantação de eucaliptos, pinus e fumo, e muitas estão bem próximas às margens dos rios, não respeitando dos limites de APP. Em entrevista com servidora do Município, levantou-se informação de que a fiscalização é precária porque não tem secretaria do meio ambiente, e nem servidores concursados para a função de fiscal. A fiscalização é feita única e exclusivamente por servidores do IBAMA e FATMA. A princípio a servidora do Município desconhece se a Calwer, empresa localizada na ZA do PNSI, lança resíduos do beneficiamento no rio, e não se sabe quais os resíduos resultantes daquela atividade. O conflito, em síntese, está nas atividades econômicas desenvolvidas na ZA em detrimento da fragilidade do poder de fiscalização do Município, que por não ter uma legislação específica fica atrelado aos órgãos governamentais estaduais e federais.

O Conflito (3) entre a implantação de uma UC e os atores sociais: Apesar de a partir de 2000, a legislação federal ambiental brasileira determinar a participação da comunidade que integra a área interna e de entorno de uma unidade de conservação na elaboração e implantação de um plano de manejo. No caso do PNSI, observou-se que os pequenos agricultores não foram consultados no momento da delimitação do PNSI e da ZA e pouco consultados durante a elaboração do plano de manejo.

O chefe do PNSI e as equipes do plano de manejo vêm desenvolvendo um trabalho que vai ao encontro do que propõe Carrière e Cazella (2006) e Pecqueur (2007), pois ambos os atores, a princípio, visam à aproximação com a comunidade desde o início deste projeto de criação, implantação e gestão do PNSI com o fito de promover coesão social e obter a confiança dos moradores para que se tornem parceiros na construção daquele território. Neste sentido, Carrière e Cazella (2006) ressaltam que dentre as três características básicas das dinâmicas territoriais, observam-se aquelas que buscam valorizar o potencial de seus recursos latentes, virtuais ou “escondidos”.

Ainda no que concerne ao município, urge mencionar que a resistência está essencialmente na demarcação territorial do parque que adentrou em terras de

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

agricultores, bem como nas possíveis restrições para o desenvolvimento de atividade econômica na ZA.

Verificou-se em reuniões realizadas entre a equipe responsável pelo Plano de Manejo e os atores que grande maioria dos pequenos proprietários usam a terra para a geração de renda e agricultura de subsistência. Assim, com a delimitação da UC, a área que restou para o desenvolvimento de suas atividades não é o suficiente, e a indenização por parte do IBAMA, não será suficiente para aquisição de outras glebas de terra.

Para a mediação destes conflitos, inicialmente há necessidade maior integração entre os atores envolvidos no processo de implantação do plano de manejo do parque e elaboração de uma legislação ambiental municipal que fortaleça o governo municipal no que tange a fiscalização. É necessário avançar o trabalho de conscientização da população (tradicional) no tocante a criação do PNSI, principalmente com relação aos limites do uso do solo na ZA. São necessárias políticas públicas de desenvolvimento com ênfase na capacitação técnica de agricultores, visando a potencialização de atividades locais econômicas geradoras de renda, que sejam compatíveis com a preservação da UC e com a cultura local.

4.1.2 – Potencialidades e Ameaças para o Desenvolvimento Sustentável

O registro dos fatores *socioeconômicos*, *socioculturais*, *sociopolíticos* e *socioambientais*, aliados à observação de conflitos, resultou numa matriz qualitativa preliminar de (1) potencialidades e pontos frágeis e de (2) oportunidades e ameaças das dinâmicas de desenvolvimento. Esta matriz tem o objetivo de visualizar as potencialidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável do município.

Fatores	Potencialidades	Ameaças
Sociopolíticos	- Grau de associativismo	- Legislativo inoperante - Desenvolvimento das comunidades - Capacitação técnica - Conflito entre os atores
Socioeconômicos	- Atrativos Turísticos - Agricultura Sustentável - Condições socioeconômicas dos atores	- Ausência de políticas públicas de desenvolvimento - Falta de investimento em infra-

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

		estrutura -Utilização dos recursos naturais
Socioecológicos	- Abundância de Recursos Naturais e Hídricos	- Falta de legislação Ambiental
	- Potenciais para novos investimentos privados e geradores de empregos	- Falta de alternativas para o uso sustentável dos recursos

Quadro 10 – Matriz qualitativa de oportunidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável.

Fonte: Dados de Pesquisa/Julho-2007.

(1) **Potencialidades:** O grau de associativismo é muito importante para o desenvolvimento local dos municípios, pois fortalece a relação entre os atores sociais envolvidos no contexto. A força social está na capacidade de, em processo construtivo, ampliar o conhecimento do atores, juntamente com a capacidade de ação em grupo de se estabelecer diretrizes a atividade já realizada. Além disso, uma vez fortalecidos, passam a exercer sua cidadania, estendendo as discussões de forma participativa, induzindo e cobrando dos governantes políticas públicas de desenvolvimento para o município, que contemplam as necessidades estabelecidas pelos mesmos. Este seria um dos pilares do desenvolvimento sustentável na formação do território da ZA do PNSI, pois, para Carrière e Cazella (2006), a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns.

O fato de algumas famílias desenvolverem atividades ligadas à *agricultura familiar* é considerado um potencial de desenvolvimento para o município. Porém os pequenos produtores não dispõem de conhecimentos e tecnologias que permitam o desenvolvimento da atividade. O fortalecimento desta atividade sugere que sejam ultrapassados os conceitos de agricultura de subsistência, e que esta seja vista como forma de integração para o desenvolvimento econômico do município, partindo de uma capacitação para o uso adequado do solo, da água e dos recursos naturais disponíveis na ZA do PNSI.

Além disso, destaca-se também como um grande potencial a *condição socioeconômica da população*, não havendo focos de pobreza no município, porém o governo municipal apresenta uma participação muito assistencialista em relação ao desenvolvimento econômico do município.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

A *abundância de recursos naturais* no município, entre eles a água, é um potencial de desenvolvimento. A água hoje é considerada uma das maiores riquezas do país. Nunca se falou tanto em preservar este recurso como nos dias atuais, em que a preocupação com as gerações futuras está sendo o foco das pautas de qualquer município. No caso de Botuverá, a ausência de uma legislação que estabeleça diretrizes para a utilização deste recurso a longo prazo pode ser considerada uma ameaça, pois o rio que corta a cidade é responsável não só pelo abastecimento dos moradores, como também em alguns pontos específicos o curso d'água vai no sentido de entrada para a UC, ou seja, entra para o PNSI.

Os *atrativos turísticos* encontrados nos municípios, por sua vez, são os responsáveis pela atração de visitantes em busca de atividades de lazer. Porém, este não se resume às Cavernas de Botuverá. O município apresenta outros atrativos turísticos como recantos e belas plantações que atraem turistas de todo o Estado.

Neste contexto, uma das alternativas seria o desenvolvimento do turismo sustentável, como fonte geradora de renda. A ampliação de espaços turísticos onde o visitante possa estar desenvolvendo atividades de lazer e ao mesmo tempo contemplando as belezas naturais do local.

Para tanto cabe ao poder público municipal o incentivo à implantação de novos empreendimentos sustentáveis que garantam a preservação da UC, bem como favorecer a geração de rendas para os atores locais.

(2) Ameaças: As ameaças identificadas nas análises realizadas em síntese são conflitos entre atores em disputa, em relação à forma de ocupação e delimitação da ZA do PNSI.

O próprio legislativo não contempla junto ao seu plano de ação a questão ambiental. A conservação dos recursos naturais renováveis incluindo preservação dos recursos hídricos deveria ser incentivada pela autoridade local, com a implantação de legislação ambiental eficaz, a partir das características locais.

A *falta de capacitação* e de conhecimento sobre a temática do desenvolvimento sustentável é uma ameaça à utilização dos recursos naturais do município, cabendo urgentemente a conscientização e a capacitação dos atores para o uso do solo e dos recursos naturais renováveis.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Por outro lado, verificou-se que não haverá desenvolvimento sustentável se as decisões permanecem somente na mão do governo municipal, sem uma gestão participativa. Considerando que nem sempre a tomada de decisões ocorre sem que seja deixado de lado o interesse particular de alguns representantes municipais, estes venham sobrepor os interesses coletivos em prol do desenvolvimento do município.

5 Considerações Finais

A preocupação ambiental vem sendo discutida em intensidade crescente desde a Conferência de Estocolmo em 1972, e atualmente está em questão. Faz parte das pautas das discussões de economistas, geógrafos, ambientalistas, governos e entidades empresariais.

Em relação ao território, este também vem permeando os debates acadêmicos, tendo como foco as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável. (SACHS, 1993; BRUSECK, 2001; CAVALCANTI, 1999). Nesta perspectiva destaca Pecqueur (2007) que o território construído é “*resultado de um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver problemas comuns*”. Assim, depreende-se da proposta de Carrière e Cazella (2006) e Pecqueur (2007), ao discorrerem sobre desenvolvimento territorial, que a formação de um território corresponde ao território construído. Verifica-se que seus pensamentos coadunam-se ao apontarem a importância da mobilização dos atores sociais para a solução de conflitos.

No contexto do desenvolvimento sustentável, diversas variáveis encontram-se dentro da própria natureza, como é o caso dos recursos naturais renováveis. Destaca-se entre outros, neste caso, a preservação dos recursos hídricos.

O artigo 7 da Lei do SNUC faz a classificação das unidades de conservação. O PNSI, enquadra-se na modalidade de “Parque Nacional”, ficando a UC monitorada através da elaboração de um Plano de Manejo, que tem como objetivo a gestão da UC e seu entorno (ZA).

Neste contexto, buscou-se, verificar quais as oportunidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável do município? Quais são as atividades econômicas

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

existentes na ZA e nos municípios que integram o PNSI. Como a implantação do PNSI afeta o desenvolvimento das atividades econômicas presentes na ZA? E Quais são as oportunidades e ameaças identificadas na ZA do PNSI e como afetam o desenvolvimento sustentável do município de Botuverá?

A hipótese central foi: o município de Botuverá possui abundância de recursos naturais, porém sua exploração ocorre de forma não-sustentável. Os dados empíricos mostram que a exploração não sustentável dos recursos naturais ocorre, sobretudo, devido à diversos conflitos existentes no município. Estes, por sua vez, estão relacionados ao uso do solo na ZA e essencialmente na demarcação territorial do parque que adentrou em terras de agricultores, bem como nas possíveis restrições para o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas na ZA.

As evidências demonstram que a indústria de transformação é a atividade mais importante economicamente para o município de Botuverá. Porém, estas atividades não serão prejudicadas pelo plano de manejo da UC, pois, todas estão na área urbana da cidade, com exceção de uma empresa de mineração, que faz o beneficiamento de calcário.

Entretanto, verifica-se que, na ZA da UC existem 10 comunidades de 108 propriedades que desenvolvem atividades produtivas geradoras de rendas ligadas à agricultura. Desta forma, como algumas destas atividades impactam negativamente o meio ambiente, deveria ser substituído no todo, ou em parte de seu processo produtivo, por atividades sustentáveis, a partir das considerações do plano de manejo da UC.

Os fatores sociopolíticos, socioeconômicos e socioecológicos (Vieira, 2006) levantados demonstram que no município de Botuverá encontram-se sérias ameaças, mas também importantes oportunidades ao desenvolvimento sustentável. Dentre as **ameaças**, embora haja um potencial significativo de recursos naturais, o município não possui mecanismos reguladores para promover a preservação ambiental.

A ausência de uma legislação ambiental municipal que estabeleça diretrizes para a utilização da água a longo prazo pode ser considerada uma ameaça. O rio que corta a cidade é responsável não só pelo abastecimento de água potável, mas também deságua para o interior do PNSI, sendo que outros ribeirões deságuam no sentido PNSI – Botuverá.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

O trabalho de conscientização da população em relação ao PNSI, da sua importância e dos benefícios diretos e indiretos desta unidade para a comunidade, deve ser prioritário para longo prazo, proteger a integridade da UC. Não haverá desenvolvimento sustentável se as decisões permanecerem somente nas mãos do governo municipal.

Por outro lado, o município apresenta **potencialidades**. Entre elas destaca-se a *abundância de recursos naturais*. Neste caso, a água é vista como um dos principais recursos abundantes. A água é considerada uma das maiores riquezas de qualquer país - nunca se falou tanto em preservar este recurso como nos dias atuais (Theis, 2007), em que a preocupação com as gerações futuras está nas pautas de qualquer município. No município de Botuverá, a concentração deste recurso é observada em todas as comunidades que compreendem a ZA do PNSI.

Também se destaca o *grau de associativismo*. Considerado muito importante para o desenvolvimento local dos municípios, o associativismo fortalece a relação entre os atores sociais envolvidos no contexto. Uma vez fortalecidos, a população local passa a exercer sua cidadania de forma participativa e interagindo junto às ações do governo municipal.

A *agricultura familiar* também pode ser destacada como um potencial que o município apresenta, mesmo considerando os pequenos produtores que não dispõem de conhecimentos e tecnologias que permitam um desenvolvimento mais pujante da atividade. Entretanto, o fortalecimento desta atividade pode levar a uma utilização mais adequada do solo, da água e dos recursos naturais disponíveis na ZA do PNSI.

Os *atrativos turísticos* encontrados no município, não se resumem às Cavernas de Botuverá. O mesmo apresenta outros atrativos turísticos, como recantos e belas plantações, que atraem turistas de todo o Estado em busca de atividades de lazer.

Neste sentido, cabe ao governo municipal o incentivo à implantação de novos empreendimentos sustentáveis que garantam a preservação da UC, e favoreçam a geração de rendas para os atores locais, levando em consideração o plano de manejo da UC.

Em razão da necessidade de se proteger melhor estes recursos, faz-se necessário o desenvolvimento de processos participativos, sob a forma de trabalhos conjuntos, entre governo municipal, gestor da UC e comunidade. A conservação dos recursos naturais

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

pode tornar-se o motor do desenvolvimento econômico sustentável do município de Botuverá.

Segundo Ignacy Sachs (1993), para se alcançar o desenvolvimento sustentável devem ser consideradas cinco dimensões de forma simultânea: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A sustentabilidade social deve ser baseada num processo de desenvolvimento que considera o bem-estar da sociedade. A distribuição do "ter" e da renda, com o objetivo de reduzir a distância entre a base e o topo da pirâmide social, deve levar a satisfação das necessidades materiais e não-materiais de todos. A sustentabilidade econômica deverá possibilitar uma gestão mais harmônica dos fluxos de recursos de produção, bens e serviços, não sendo subordinada somente no lucro empresarial. A sustentabilidade ecológica deve contemplar como pano de fundo, o equilíbrio na utilização dos recursos naturais, com a redução na produção de resíduos.

No entanto, para que isso seja atingido é preciso integrar as políticas públicas de desenvolvimento ao futuro plano de manejo da unidade. O propósito é utilizar sustentavelmente os recursos disponibilizados pela UC, principalmente a água, de forma a promover o desenvolvimento da economia local.

Diante da argumentação aqui seguida, foi possível concluir que a implantação desta UC com a definição de novos parâmetros e critérios e intervenção no meio ambiente local vem a contribuir para o desenvolvimento do município. Inclui-se aí o desenvolvimento de novas atividades econômicas geradoras de renda para as famílias lá residentes.

A conservação dos recursos naturais e a preservação dos recursos hídricos devem ser incentivadas pela autoridade local, a partir da mediação e conflitos ambientais. Além disso, cabe ao governo municipal zelar pelo município como um todo, não deixando que os interesses particulares se sobreponham aos interesses coletivos em prol do desenvolvimento.

Estas conclusões foram alcançadas tomando-se como base informações obtidas junto ao governo municipal. É necessário, porém, aprofundar os aspectos sociopolíticos, socioeconômicos e socioecológicos relacionados aos demais atores sociais, inclusive as empresas locais.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Referências

BRASIL, MMA. **SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** - Brasília: MMA, 2000. 52 p.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**, 18. Edição.- São Paulo: Saraiva, 1988.

BECHARA, F.C. Restauração ecológica de restingas contaminadas por Pinus no Parque Florestal do Rio Vermelho, Florianópolis, SC. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

BRESSOLIN, M. C. **Gestão da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu no Município de Céu Azul – PR.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2002.

BRUSECK, J. F. **O problema do desenvolvimento sustentável.** In: CAVALCANTI, C. (org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. – 3ª. Edição – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CARRIERE, J. P; CAZELLA, A. A. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial.** In: Revista Eisforia. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v. 1, n. 1 (jan/jun. 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2006.

CAVALCANTI, C. **Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva.** In: CAVALCANTI, C.. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. Cap. 1, p. 21-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> - Acesso em: 22 agosto de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> - Acesso em: 22 agosto de 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, DEPARTAMENTO DE EMPREGO E SALÁRIO. **Relatório Anual de Informações sociais – RAIS.** 2007.

PECQUEUR, B. **As bases teórico-metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.** In: I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável – 22 a 25 de agosto de 2007: Florianópolis. Santa Catarina, 2007.

PLANO DE PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ - Brasília: ACAPRENA/IBAMA/MMA, 2008. (Mimeo)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

ACAPRENA. **Caderno da Comunidade**. – Blumenau: ACAPRENA, 2007.

POLETTE, M. **Gerenciamento Costeiro Integrado: uma nova perspectiva para o Brasil**. Informativo da Comissão Interministerial Para Os Recursos do Mar Cirm, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Livros Estúdio Nobel, 1993.

SEVEGNANI, L. **Parque Nacional da serra do Itajaí: imprescindível biodiversidade, água e clima para a sustentabilidade do Vale do Itajaí, SC**. Artigo Seminários de Desenvolvimento Regional. FURB/PPGDR, 2007. (Não publicado)

SIEBERT, C. F. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. – Blumenau: Editora da Furb, 1996.

SOARES, M. C. C. et al. **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de Proteção Integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002. 112 p. (Série Estudos Funbio; n. 4)

THEIS, I. M. **Para uma economia política da água: contribuição ao debate sobre sociedade, tecnologia e meio ambiente**. In: II Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. Programa de Pós Graduação em Teconologia/UTFPR, Curitiba, 7 de Novembro de 2007.

ULLER, C. G. **Agricultura familiar e participação na gestão das águas na Bacia do Itajaí (SC, Brasil)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina UFSC: Florianópolis, 2006.

VIEIRA, P. F. **Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo**. In: Revista Eisforia. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v. 4, n. 4 (Dez.) – Florianópolis: PPGAGR, 2006.